

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:

1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Célio Wanderley

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resoluções de Afastamentos nº 306 a 310/2013	2
	Atos Legislativos	
	Projeto de Lei nº 029/2012	2
	Projeto de Lei nº 030/2012	3
Ata da 2210ª Sessão Ordinária - Íntegra	4	
Termo de Depoimento do Sr. Rawlins Coelho da Silva - CPI DA TELEFONIA	8	

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h.

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

JOÃO PAULO DE CARVALHO SILVA
Diagramação

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 306/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ANTONIO MECIAS PEREIRA DA JESUS**, para viajar com destino a cidade de São Paulo-SP, no período de 12.06 a 17.06.2013, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades parlamentares, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 11 de junho de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 307/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **CLAUDIONOR CAVALCANTE DE ARAÚJO**, Matrícula **003057**, para viajar com destino a cidade de São Paulo-SP, no período de 12.06 a 17.06.2013, com a finalidade de acompanhar o Deputado Mecias de Jesus, aquela cidade, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 11 de junho de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 308/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **JENNIFFER SANTIAGO DO NASCIMENTO**, Matrícula **008426**, para viajar com destino aos municípios de Caracarái, Alto Alegre, Amajari, Bonfim e Normandia, no período de 13.06 a 19.06.2013, com a finalidade de realizar trabalhos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 11 de junho de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 309/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **DIRLA LOPES DE ALMEIDA**, Matrícula **000034**, para viajar com destino as cidades de Fortaleza-CE e Natal-RN, no período de 25.06 a 02.07.2013, com a finalidade de participar do Curso de Licitação de Tecnologia da Informação – Essencial, em Fortaleza, bem como, em Natal participará de treinamento na área de Gestão e Fiscalização de Contratos junto à Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 11 de junho de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 310/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento das servidoras **VERONA SAMPAIO ROCHA LIMA**, Matrícula **012249** e **MARIA JAIME LARANJEIRA MENEZES**, Matrícula **000069**, para viajarem com destino a cidade de Fortaleza-CE, no período de 25.06 a 29.06.2013, com a finalidade de participarem do Curso de Licitação de Tecnologia da Informação – Essencial, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 11 de junho de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS - VETOS

PROJETO DE LEI Nº 029/2012

“Institui o Dia do Procurador do Estado de Roraima”.

* **VETO TOTAL - MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 030 DE 7 DE JUNHO DE 2013**, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 2047, de 07/06/2013

PROJETO DE LEI Nº 030/2012

“Estabelece normas referentes às práticas comerciais e bancárias que envolvam negativa de outorga de crédito ao consumidor”.

** Projeto encaminhado através da MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 031 DE 7 DE JUNHO DE 2013, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 2047, de 07/06/2013*

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

**ATA DA 2210ª SESSÃO EM 04 DE JUNHO DE 2013.
45º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA ORDINÁRIA
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.
(Em exercício)**

Às nove horas do dia quatro de junho de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima décima Sessão Ordinária do quadragésimo quinto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado Chico Guerra – Senhora Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado Chicão da Silveira - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado (Chico Guerra) - Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

. Ofício nº 013/2013, de 28/05/2013, do Deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência à Sessão Plenário do dia 28/05/2013.

. Requerimento nº 001/2013, de 29/05/2013, do Deputado Flamarion Portela, requerendo a retirada de tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/13.

. Requerimento nº 02/2013, de 29/05/2013, da Liderança de Oposição, requerendo a confirmação da remessa na íntegra do Projeto de Lei nº 046/12, incluindo o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD.

. Ofício nº 002/2013, de 03/06/2013, do Deputado Naldo da Loteria, justificando sua ausência no período de 03 a 10 do corrente mês.

. Memorando nº 163/2013, de 28/05/2013, do Deputado Jalsner Renier, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 28 e 29 de maio do corrente ano.

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

. Ofício nº 047/2013, de 28/05/2013, do Gabinete do Governador, encaminhando cópia do SEPLAN/DOP/OFÍCIO Nº 156/13, referente à abertura de crédito extraordinário ao Orçamento do exercício de 2013.

EXTERNOS:

. Ofício nº 227/2013, de 29/05/2013, do Tribunal de Contas de Roraima, referente à devolução do Ofício nº 003/2013.

. Ofício nº 021/2013, de 29/05/2013, do Tribunal de Contas de Roraima, comunicando a inabilitação pelo prazo de 5 anos para o exercício de cargos em comissão ou função de confiança dos gestores Geraldo Francisco da Costa e Haroldo Carvalho Lima.

. Ofício nº 482/2013, de 27/05/2013, da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros.

. Ofício nº 483/2013, de 27/05/2013, da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros.

Ofício nº 1471/2013, de 28/05/2013, da Casa Civil, solicitando

o relatório anual de atividades e o plano de metas para o ano seguinte da Secretaria Extraordinária de Articulação Institucional e Promoção de Investimentos - SEAPI.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chico Guerra) procede à chamada.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu gostaria hoje de tecer alguns comentários a respeito de um assunto que já foi bastante debatido nesta Casa e desde a semana passada estamos vendo na mídia nacional essa questão de áreas indígenas pelo país inteiro e tem inclusive acarretado em conflitos, invasões de terras, mortes indígenas, enfim. O meu raciocínio hoje é exatamente em função de discutir com esta Casa e a sociedade roraimense um processo que nós passamos, que foi tão traumático neste Estado. Talvez por Roraima ser um estado periférico, isso ficou à margem de uma discussão maior por parte do Congresso Nacional. Ficou à margem de uma discussão maior, porque era uma questão ideológica do governo do PT. Ficou à margem de uma discussão maior da sociedade brasileira, como um todo, porque a FUNAI é muito influenciada por organizações não governamentais, até mesmo por alguns setores da Igreja Católica. Enfim, até que essa coisa perdeu o controle e hoje estamos vivendo essa situação, infelizmente, no Mato Grosso, Rio Grande do Sul, e tem causando inquietação no país inteiro. Lembro bem, Deputado Gabriel, que na legislatura passada, ainda no governo do Governador Ottomar, fomos para Brasília numa audiência pública. Acho que o Doutor Erci, estava também nessa audiência pública, junto com o governador, e foi criada uma comissão ainda debatendo a questão da Raposa/Serra do Sol, na época, e foi franqueada a palavra para alguns Deputados e para o Governador Ottomar e, naquela oportunidade, nós falamos que essas coisas estavam acontecendo, porque o Congresso não chamava para si a responsabilidade que era para ser dele. Deixava a FUNAI tomar decisões monocárnicas e, num ato unilateral, o Presidente da República homologava terras indígenas por este país inteiro, meu caro Brito, sem uma discussão por parte do Congresso Nacional, que eu considero o foro legítimo para fazer isso, porque diz respeito ao território nacional como um todo, enfim, e que o Congresso pecava porque não chamava para si essa responsabilidade. Nós falamos isso naquela oportunidade e pouco se deu importância, exatamente por ser Roraima um ente pequeno dentro do PIB, estado periférico e a questão Raposa/Serra do Sol era uma questão emblemática, era pressão internacional e foi feito da forma que foi feito. Talvez hoje já se reconheça que a questão da Raposa/Serra do Sol não é bem assim. Hoje já estamos ouvindo de alguns políticos “Eh, não é bem assim, talvez não pudesse ter sido feito daquela forma”.

Na semana passada, no evento das UNALE, numa reunião com o Presidente do PSB, tinham lá 10 ou 12 Deputados daqui do Estado, além do Vice-Governador Chico Rodrigues, e fomos questionados pelo Governador Eduardo Campos, presidente do PSB, possivelmente candidato à presidência da república: “explica-me direito, qual o resultado prático, como é que foi? Como é que é a questão da demarcação da área Raposa/Serra do Sol? É um fato concreto, mas como é que estão hoje os povos indígenas? Prejudicou em que o Estado?” Enfim, ele estava nos questionando porque estava vendo a situação que está hoje no Mato Grosso, de insegurança dos fazendeiros. Esse questionamento é salutar hoje para o País, porque hoje está se abrindo um debate para essa questão, que nós esperneamos até não querermos mais, gritamos até ficarmos roucos, e ninguém nos escutava. Só existia uma verdade, a verdade daqueles que queriam a demarcação das terras indígenas, como ela foi feita. Nós não estamos aqui defendendo que os povos indígenas não tenham que ter suas terras; têm que ter. Têm que ter seus espaços. São povos originários que ocupavam essas terras, mas é preciso que se reveja os direitos dos outros. É preciso que se reveja a questão desse espaço. Era necessário se fazer dessa maneira? Não sei. Os laudos antropológicos eram corretos? Para a FUNAI sim, para a sociedade roraimense, para vários setores, inclusive para alguns setores do judiciário, que em primeira instância chagamos a ganhar as questões, o Estado de Roraima chegou a vencer algumas batalhas jurídicas, mas perdemos quando chegou numa instância maior, o Supremo Tribunal Federal. Enfim, essa questão das demarcações do Estado de Roraima, infelizmente nós perdemos todas as batalhas, agora, meu caro Deputado Brito, está aqui: “FUNAI

pode perder exclusividade na demarcação de terras”. Graças a Deus acendeu uma luz no fim do túnel. A Presidente Dilma, através da sua Ministra Gleise, da Casa Civil, disse: “ É preciso que nas demarcações das terras indígenas não seja mais ouvida apenas a FUNAI, como era antes. “ Temos que ouvir a Federação de Agricultura, os Estados, os outros povos interessados, temos que analisar, com critério absoluto, a questão dos laudos antropológicos, em que exclusivamente a FUNAI se baseia. Basta para a FUNAI um laudo antropológico, que pode ser produzido, os índios também podem ser influenciados. Nós já estamos prejudicados, o Estado de Roraima como um todo, até porque não acredito que isso possa ser revisto, não acredito mais, mas pelo menos para o país me parece que vai surgir alguma coisa nova e nós vamos ser prejudicados, a não ser que tenha alguém de coragem no Governo Federal, alguém que possa dizer: “vamos rever essa questão, não só da Raposa/Serra do Sol, porque, como acredito que houve abuso nas nossas demarcações aqui, deve ter havido também abuso em outras terras que já foram demarcadas e homologadas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado Ionilson Sampaio, quero louvar o pronunciamento de Vossa Excelência e dizer que estive presente a uma audiência pública que foi realizada por Deputados Federais que vieram de Brasília aqui para Roraima, que são membros da Comissão de Integração Nacional e da Amazônia. Lá tivemos a oportunidade de ouvir lideranças indígenas, como também produtores que foram expulsos da Raposa/Serra do Sol. Nesta oportunidade, Deputado, nós não conseguimos identificar sequer uma pessoa, ou uma classe que tenha sido beneficiada com a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol. Veja bem, os produtores, é de conhecimento público, que foram expulsos das suas áreas não foram indenizados, não foram reassentados, enfim, ficaram no prejuízo. O nosso Estado deixou de produzir e por isso mesmo, até agora, imaginávamos, alguns roraimenses, que os indígenas teriam sido beneficiados por dispor de tantas terras produtivas e que eles teriam melhorado sua qualidade de vida, mas pasmem, Deputados, os indígenas que lá estiveram e que se pronunciaram chegaram a dizer que, depois da demarcação, passam fome dentro da área Raposa/Serra do Sol. Deputado Chicão da Silveira, Senhoras e Senhores Deputados, uma área que produzia, vou citar aqui só o arroz, que produzia arroz para atender a nossa demanda local, do Amazonas e outros Estados da Federação, hoje não produz para atender um indígena. Ele disse lá que passava fome, ele e suas famílias, e não foi só um, vários representantes de povos indígenas disseram que estão passando fome na Raposa/Serra do Sol. Um só disse que a demarcação foi benéfica porque a terra era deles, mas ele foi contestado pelos demais, que disseram que ele nem na Raposa/Serra do Sol morava e sim em Boa Vista e que estava servindo aos interesses internacionais e não aos interesses de indígenas. Portanto, eu louvo o pronunciamento de Vossa Excelência e pergunto aqui: A quem serviu a demarcação da área Raposa/Serra do Sol, se não serviu para o bem do Estado de Roraima, se não serviu para a classe produtora, se não serviu para os indígenas? Serviu aos interesses de outros para que, num futuro, possam, depois que exauri seus recursos naturais, em seus países, os chamados países de primeiro mundo, venham explorar aqui em nossa terra. Portanto, me como a Vossa Excelência e tenho o mesmo sentimento. Obrigado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. – Mas, só lembrando, antes de conceder os apartes aos outros colegas, ainda na audiência com o Eduardo Campos, o Deputado Chagas fez explanações interessantes, de que existem algumas coisas esdrúxulas no nosso Estado, independentemente da questão da Raposa/Serra do Sol: uma delas é o fechamento da BR-174. O Deputado Chagas estava explicando para o Silvío, candidato do nosso Partido, o PSB, que a BR-174 fecha às dezoito horas e só abre às seis horas da manhã. Não existe nada na legislação que ampare isso, mas até hoje não conseguimos resolver essa questão. É uma coisa que não conseguimos entender, pela pura vontade de algumas ONG's que fizeram e fazem os índios como massa de manobra. Fecha-se a espinha dorsal do Estado e não passa ninguém, a não ser ônibus e ambulância, se for o caso. É uma coisa extremamente prejudicial para o Estado, e ninguém no Brasil enxerga isso e nem consegue resolver essa questão. O Governo do estado já entrou com ações na justiça, as ações ficam paradas, a justiça não decide e continuamos sendo prejudicados com o fechamento da BR 174 em função dessa BR apenas atravessar uma reserva indígena. Isso não existe, isso é uma coisa que transcende até a imaginação de qualquer pessoa de bom senso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado, por favor, deixe só eu complementar uma coisa aqui com

relação a este assunto. Não existe realmente nada que diga que uma área pode ser fechada dentro do nosso País. A nossa Constituição diz é o contrário: que é sagrado o direito de ir, vir e permanecer, e aqui no Estado de Roraima esse direito constitucional dos brasileiros é surrupiado por interesses outros que não são do povo brasileiro. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço. – Gostaria apenas de compartilhar do seu pronunciamento e lembrar que, quando o então Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, era Ministro da Justiça, foi a favor da nossa demarcação, mas, quando foi para o Estado dele, ele foi o primeiro a pular e denunciar que tem organizações importando povos indígenas do Paraguai para dentro do país para que possa fazer essas manifestações. Então, quantas organizações não estão infiltradas aqui, trazendo índios da Guiana e da Venezuela, porque o Presidente Hugo Chaves, segundo Alexandre Garcia, disse na época que era contra a demarcação aqui, porque ele não queria no País dele pressão indígena. Então, essa demarcação foi meramente política, perversa a nossa produção. Dizimou não só a produção de arroz naquela região, como a criação de gado. O Senhor Paulo César criava quatro mil rezes naquela região. Na entre-safra da produção dele, colocava o gado lá. Então, foi uma enganação do Governo Federal, pois não cumpriu com o acordo que fez, inclusive o Ministro veio aqui e disse que todos os produtores seriam compensados com a mesma área, e isso não ocorreu. Muitos estão na periferia, os outros estão abandonados, vendendo churrasquinho. O Alexandre Garcia, no Bom dia Brasil de ontem, disse tem produtor produzindo em outros países porque foram expulsos do nosso País.

Eu acho que, dependendo dessa demarcação no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso, talvez possamos rever a nossa demarcação, através de negociação política, para que seja feita em ilhas, como era a intenção dos produtores e do povo de Roraima.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. - O Ministro da Justiça da época, Tarso Genro, era um dos maiores defensores. No quintal dos outros é bom, agora, quando foi no quintal dele, está se posicionando contrário. Agora, rever essa questão da nossa demarcação eu acho difícil, mas pelo menos se nós conseguirmos parar no resto do País essas demarcações, da maneira como estão sendo feitas, sem dúvida alguma, já é um avanço.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Célio Wanderley – Deputado Ionilson, eu que tive a oportunidade de acompanhar esse processo desde o início. Confesso a Vossa Excelência que discordo do Governo Federal, pois acho que deveria ter a mesma atitude que teve com relação a Roraima, ao Amazonas, ao Pará e aos demais estados onde foram feitas as demarcações na região norte. Por que agora a mudança de postura? Eu acho que essa questão aqui no Estado está definida, a única coisa que nós poderíamos ver era montar uma comissão para acompanhar essa comissão do Congresso para ver se a gente salva pelo menos o direito que eram daquelas pessoas que trabalharam e moraram naquelas regiões e que produziram, mas que nem o direito de indenização de suas benfeitorias tiveram. Hoje, continuam sofrendo as consequências dessa desintrusão destruída que foi feita aqui no Estado. Na realidade, a postura do Governo de que agora tem que ter laudo do INCRA, do Ministério da Reforma Agrária e de outros órgãos é uma forma de não fazer. E por que o índio de lá tem menos direito do que o índio de cá? Por que ele tem que procurar uma terra não produtiva para colocar os índios, se aqui eles colocaram numa terra produtiva? Eu acho que a forma que foi feita aqui no estado foi destruída, com uma quantidade excessiva de área, sem nenhum apoio para que esses índios pudessem se desenvolver. O que não pode é fazer o que vinha sendo feito na região norte. Hoje eles estão colhendo frutos do que eles plantaram. Você citou bem Tarso Genro, que na época era Ministro da Justiça, que veio aqui no Estado e tantos outros que vieram aqui e fomos em Brasília disseram que iam nos ajudar e nunca fizeram nada. Eu acho que a situação da demarcação no Estado não tem mais como reverter, o que temos que tentar é tirar proveito para o Estado, pelo mesmo respeitar o direito dessas pessoas, que é pagar à indenização para elas. Se o Congresso Nacional tivesse feito uma emenda em que constasse que todas as terras desapropriadas fossem indenizadas, pelo valor real de mercado, qualquer pessoa aceitaria de bom grado, mas não da forma que é feita. Não sou a favor da situação que eles estão tentando criar hoje no Paraná, no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso, porque eu acho que os índios que moram lá têm tanto direito como os que moram aqui.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. Obrigado, Deputado Célio, pelo seu aparte, quero concordar com parte do discurso de Vossa Excelência, quando diz que os povos indígenas têm que ter

assistência técnica, mas dificilmente veremos esta questão da Raposa/Serra do Sol revista. Acho que isso é um fato consumado. Temos que lutar pelos direitos dos que lá estavam e não foram indenizados, pela colocação deles por parte do INCRA, que ainda não foi feita na sua totalidade. Apenas alguns foram reassentados. Enfim, é uma questão que nós do Estado temos que enfrentar e cobrar das autoridades. Agora, discordo da parte do discurso de Vossa Excelência, Deputado Célio, quando diz que tem que ser feito como foi feito aqui. Eu não concordo, acho que tem que ser revisto sim. Se foi feito errado, agora o próprio Brasil estar entendendo que não é bem assim, tem que se corrigir os rumos, e na política é para isso mesmo, para corrigirmos rumos, vermos o que foi feito de errado, ou de forma abusiva. Tenho uma matéria do jornalista Luis Nassif, um dos jornalistas mais respeitados deste país, matéria publicada ontem nos jornais de São Paulo e ele diz muito claramente: “Algumas ONGs, parte da Igreja Católica, Antropólogos com interesse diversos fazem dos índios, que dizem defender, massa de manobra de uma luta ideológica que leva insegurança jurídica ao setor produtivo, que é o responsável por 25% do PIB deste país”. Quem é que tem sustentado este país? É o setor produtivo. Eu vi um fazendeiro em Sidelândia, que está com sua terra invadida, dizendo que isso seria muito simples de resolver: “E só o governo me pagar, indenizar, que vou comprar terras em outro lugar onde não tem povo indígena”. Mas ele tem título definitivo, tem financiamento concedido por agentes financeiros oficiais, bancos públicos, agora, de uma hora pra outra, chegam dizendo que é terra indígena. Então, é uma questão muita complexa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Coronel Chagas. – Senhor Deputado, na UNALE de Recife, na oportunidade, fomos recebidos pelo Governador Eduardo Campos, que provavelmente é um futuro candidato a Presidente da República. É um governador que faz uma administração exemplar naquele estado, com mais de 80% de aprovação popular, pela forma democrática de gestão. Ele recebeu uma delegação de Deputados em seu gabinete e, naquela oportunidade, eu pedir a palavra justamente para tocar nessa questão indígena. Falei que ele era uma figura nacional, e pedi a ele que colocasse na sua agenda de discussão nacional a questão indígena do nosso país, e citei dois pontos aqui de Roraima. Falei a ele que mais de 50% da nossa área geográfica está comprometida com terras indígenas. Além disso, que mais 35% estão comprometidas com áreas de preservação permanente, com partes nacionais, além de mais um percentual de áreas alagadas, de serras em que não são permitidas a produção agrícola e pecuária. Resta apenas 15% da área geográfica e dentro disso existem limitações ambientais de poder utilizar até 20%. Agora, graças à emenda da Senadora Ângela Portela, nos parece que chega até 50%. Então, de 100%, Deputado, de nosso território, temos hoje 7,5%. Isso mostramos ao Governador Eduardo Campos, para que ele levante a discussão a nível nacional. E falei de mais um ponto, que é a questão do nosso Estado, que é ligado ao restante do país pela BR-174, ficar interrompido seis meses no ano. O governador se mostrou surpreso, e explicamos por que ficamos isolados, porque a metade de cada dia temos uma corrente fechando a BR-174: fecha às 18h e abre às 6h da manhã. Isso é um obstáculo ao desenvolvimento e crescimento econômico de nosso Estado. Pedimos ao Senhor Governador, caso um dia ele venha ser Presidente, ou que seja Ministro da Justiça, Ministro da Casa Civil, e com certeza ele vai chegar lá, porque já foi Ministro da Ciência e Tecnologia, se chegar alguém ao Presidente da FUNAI, propondo aumento ou criação de mais uma reserva, que se discuta bem antes de se levar a cabo isso. Outro ponto, Deputado Ionilson Sampaio, é esse questionamento que fez o Deputado Célio Wanderley. Enquanto era Roraima que vivia sofrendo com as demarcações indígenas, e ainda sofre porque a FUNAI quer aumentar as atuais áreas demarcadas, o Sul, Sudeste, Centro Oeste maravilhas não estavam nem aí, agora que começaram a desocupar o Sul, Sudeste e Centro Oeste, agora começou a preocupação dos políticos daquela região. Mas, não vai ser por isso que vamos deixar de ser solidários a eles, porque entendo que podemos revisar muito as reservas indígenas que estão aí. Tenho certeza que esse problema não vai parar no Estado de Roraima porque temos notícias da tentativa de aumentar diversas áreas indígenas e pretensão de outras serem criadas. Precisamos ficar alertas e nesse sentido seu pronunciamento é importantíssimo. Que isso continue repercutindo para que possamos manter pelo menos esses 7,5% que temos. Parabéns e conte com nosso apoio.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. Vou continuar lendo mais um trecho escrito pelo jornalista Luis Nassif: “É chegada a hora do Governo Federal suspender o processo de demarcação de

terras indígenas no país, que sempre foi conduzido de modo arbitrário e frequentemente ilegal pela FUNAI, e aguardar que o Supremo Tribunal Federal estabeleça, em definitivo, o regime jurídico de demarcação de terras indígenas no país”. Pois bem, acredito que agora esta questão tem chamado atenção do país inteiro.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jânio Xingú. – Deputado Ionilson, parabéns pelo seu pronunciamento, mas gostaria de lembrar a Vossa Excelência e confrontar a questão de Roraima com a do Amazonas. Nesse ponto, você vai se deparar com um ato de covardia. O Estado do Amazonas, quando querem tirar a Zona Franca de Manaus para levar para o estado de São Paulo, os políticos do Amazonas se reúnem, dão pressão no governo federal, e dizem o seguinte: nós vamos preservar o ecossistema, a biodiversidade, a fauna e a flora do Amazonas, mas queremos aqui a Zona Franca de Manaus. O que acontece é que as terras indígenas de Roraima foram demarcadas e não houve nenhuma contrapartida do governo federal para o Estado de Roraima. A mesma coisa está acontecendo agora. Tudo acertado na PEC 111, que contempla o Estado de Roraima, mas quando foi agora o PT deu para trás. Segundo o Deputado Luciano e o Senador Romero Jucá, já estava tudo acertado, e certamente iríamos incluir o Estado de Roraima. Mais de seis mil pessoas, pais de famílias, iriam para o quadro da união, agora voltou a discussão com o Ministério do Planejamento, e o Ministro sequer recebe a comissão. Gostaria aqui, Presidente Chico Guerra, que Vossa Excelência possa instalar uma Comissão para que pudéssemos acompanhar o desenvolvimento da PEC 111. É muito importante o seu discurso, mas uma coisa puxa a outra.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Obrigado, Deputado Xingú. Gostaria de louvar o pedido de Vossa Excelência. Realmente essa questão da PEC 111...

O Senhor Deputado Chico Guerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, futuros funcionários da Assembleia aqui presentes, gostaria de dizer a vocês que na hora que chegar aqui a decisão judicial, no outro dia estará aberto o prazo para apresentação de documentos. Tenham a certeza disso. Quero assumir esse compromisso de público com vocês, futuros funcionários da Assembleia, se Deus quiser. Mas, Senhor Presidente, semana passada, estivemos juntamente com Vossa Excelência lá em Recife, participando da reunião da UNALE. Estive lá durante um dia para participar do colegiado dos Presidentes das Assembleias do Brasil, onde ia ter uma eleição que iria mudar toda a diretoria daquela entidade. É uma entidade que está sempre à frente do nosso tempo, que está sempre procurando resolver os problemas dos estados e tenho certeza que aquela entidade, juntamente com o apoio de todos os Deputados deste país, sem sombra de dúvida, é uma entidade que tem muita força e que pode desenvolver um bom papel no país. Nós, estamos fazendo parte da diretoria como Segundo Vice-Presidente, portanto, gostaria de colocar a vocês que esta Assembleia também será representada na diretoria com os Senhores Deputados. Mas, Senhor Presidente, gostaria de falar também sobre a audiência pública ocorrida na segunda-feira na Câmara Federal, onde levamos para a Câmara Federal aquele documento que foi gerado aqui na primeira audiência pública com relação à violência que vem acontecendo com os brasileiros na Venezuela. Nós tivemos a felicidade de ter lá nessa comissão um Conselheiro do Itamaraty, que escutou o que queria e o que não queria, e também o que não sabia. Nós fizemos um relato claro do que vem ocorrendo na Venezuela e pedimos a ele que criasse, juntamente com os Deputados da comissão, um corredor de segurança para que os brasileiros possam ir até o mar do Caribe para assim curtir suas férias. De modo que a gente já vê, Senhor Presidente, algo acontecer depois daquela audiência pública. Já podemos ver que tem alguém que está querendo ajudar e alguém que pode modificar essa situação. Já está sendo criada no Senado Federal uma comissão especial para tratar única e exclusivamente desse assunto. Então, já queremos agradecer a interferência do Senador Mozarildo Cavalcante e da Senadora Ângela Portela, que irão fazer parte dessa comissão, que irá discutir, em nível de Senado Federal, essa questão que ocorre na Venezuela. Pasmem, Senhores Deputados, que o Itamaraty não sabia do assassinato dos três brasileiros em 2006, em La Paragua, uma cidade venezuelana. Nós lá em Brasília pedimos que fizessem com que a Venezuela assumia o papel de que o Exército venezuelano assassinou três brasileiros, e que, no mínimo, no mínimo, essas famílias desses brasileiros sejam indenizadas e que seja reconhecido que eles foram assassinados pelo Governo Venezuelano. De modo que essa questão vai andar paralela e que vai ter uma atenção especial deste Parlamentar, porque estamos acompanhando isso desde 2006 e não vamos aceitar que fiquem calados e que o Itamaraty fique de costas a esse problema pontual, que é punir as pessoas que realmente têm culpa

nesses incidentes. Portanto, fica aqui a nossa prestação de contas do que estamos fazendo. Quero dizer aos Senhores Deputados que, ainda esta semana ou no final da outra semana, estaremos indo à Venezuela para pegar mais algumas documentações, com mais riquezas de detalhes, para que possamos enviar ao Itamaraty e que se até o final do ano o Itamaraty não tomar nenhuma providência, nós procuraremos o Tribunal Internacional para que esta Casa possa representar uma denúncia contra o Governo Venezuelano em um Tribunal Internacional. Portanto, fica aqui nossa prestação de contas com Vossa Excelência e com esta Casa, do trabalho que desenvolvemos nessas duas semanas. Obrigado.

O Senhor Deputado Ivo Som – Bom-dia, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, Senhoras e Senhores presentes nesta Casa, imprensa. Sejam bem-vindos à Casa do Povo. Senhor Presidente, uso desta Tribuna hoje para justificar o que disse na semana passada, onde registrei nesta Casa, na última quarta-feira, o adiamento da audiência que seria no dia 05, agora, da questão da Audiência Pública no Amazonas, a respeito da questão Brasil, Venezuela e Guiana. Por que estou falando muito nisso? Porque quando peguei a responsabilidade de cuidar dessa parte do Amazonas, fiz questão de todo fim de semana ir ao Amazonas, e lá estivemos com alguns Deputados reunidos e tratamos sobre isso. Quero parabenizar o Presidente Chico Guerra que nos representou muito bem na Câmara Federal e o que os Deputados de lá me perguntaram era qual o intuito dessa audiência pública no Amazonas. Respondi que nossa intenção era poder chegar até Brasília, mas como se anteciparam os Deputados Federais do Amazonas e de Roraima e os Senadores, devido à Audiência Pública que foi na última semana em Brasília, eles acharam melhor suspender por tempo indeterminado. Inclusive, está na matéria de hoje o que nós estamos aqui comentando sobre as audiências públicas no Amazonas e a de Brasília. Ela hoje é registrada na Câmara Federal e se encontra na Mesa dos eminentes Deputados Estaduais desta Casa. Então, era mais para mostrar a esta Casa sobre o nosso trabalho e nossa competência com essa responsabilidade. Mesmo assim, em nome do Josué, Isaura e Abdala Fraxe, que é o responsável e o autor da Audiência Pública do Amazonas, os Deputados do Amazonas estão à disposição de Roraima e na hora que possível marcarão uma nova data para debate, diante do que foi resolvido em Brasília. Mas, também, Senhor Presidente, quero agradecer e parabenizar ao Governador Anchieta pelas promoções realizadas na PM. Promoções dadas a pais de famílias que dão a vida em favor da segurança dos roraimenses. Quero aqui parabenizar o ato do Governador, do Comandante Prola e dos homenageados. A responsabilidade que nos cabe, como membro da base do Governo, é justamente levar as informações verdadeiras ao conhecimento desta Casa. Parabéns a toda a PM, ao Comandante da Polícia Militar e ao Governador Anchieta por essas promoções justas e dignas aos PMs do povo de Roraima. Também quero parabenizar, mais uma vez, pois no dia 30 que se passou mais um projeto foi aprovado por esta Casa. Quero agradecer, aqui, a todos os Deputados da oposição que juntos deram uma demonstração de lealdade a esta Casa, no que diz respeito ao sancionamento da lei dos Agentes Penitenciários, o que para nós é motivo de orgulho. Quero parabenizar de público o autor do Projeto, Deputado Xingú, e a todos os Deputados e ao nosso Governador que sancionou a lei que garante o porte de arma aos agentes penitenciários. Quero, mais uma vez, parabenizar os atos do executivo, onde nós entendemos que os agentes penitenciários, nessa oportunidade, destacado pelos jornais de Boa Vista, que através dessa lei, aqueles profissionais terão o direito de portar uma arma em sua segurança, e contribuir com a sociedade roraimense. É um projeto de grande relevância que a Assembleia aprovou e foi sancionado pelo Governador Anchieta. No mais, gostaria de agradecer a cada um de Vossas Excelências, e não tenham dúvidas que com a união, jamais haverá destruição. Obrigado e até a próxima, se Deus quiser.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Encerrado o Grande Expediente, passamos para Ordem do Dia.

Temos requerimento sobre a Mesa que versa sobre convite ao Secretário de Segurança Pública, Delegado Geral de Polícia Civil, Titular da Secretaria de Justiça e Cidadania e ao Comandante Geral da Polícia Militar para, em data a ser fixada pela Mesa Diretora, fazerem uma explanação sobre as ações que estão sendo realizadas pelos órgãos de segurança do nosso Estado, em face da instalação do PCC em nosso Estado, conforme informações amplamente divulgadas por um dos seus integrantes em rede nacional de televisão, no Domingo Espetacular da Rede Record, assinado por 18 Deputados.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 004/2013, que “aprova a prorrogação do prazo de duração da Secretaria

de Estado Extraordinária de Projetos Especiais – SEPES”, de autoria governamental; Projeto de Lei nº 008/2013, que “aprova a prorrogação do prazo de duração da Secretaria de Estado Extraordinária da Promoção Humana e Desenvolvimento – SEPHD”, de autoria governamental; Projeto de Lei nº 018/2013, que “dispõe sobre penalidades aplicadas ao responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento à emergência, envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios, ocorrências policiais ou atendimento a desastres”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 020/13 que “altera a tabela I do anexo II, ambos da Lei nº 392, de 14 de agosto de 2013, e revoga o anexo III da Lei 880, de 14 de dezembro de 2012, e dá outras providências”, de autoria governamental; Projeto de Decreto Legislativo nº 05/13, que “declara de Utilidade Pública a Associação do Povo Indígena Wai Wai”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Decreto Legislativo nº 012/13, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima à EMBRAPA e dá outras providências”, de autoria do Deputado Erci de Moraes.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Justiça possa analisar e emitir parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 012/13 e para que as Comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 020/13.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Solicito ao Senhor Primeiro secretário que proceda à verificação de quórum.

A Senhora Primeira Secretária, Deputada Aurelina Medeiros - Senhor Presidente, há quorum para reabertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Havendo quórum, dou por reaberta a Sessão.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda a leitura do Parecer do Projeto de Lei nº 004/2013, que “aprova a prorrogação do prazo de duração da Secretaria de Estado Extraordinária de Projetos Especiais – SEPES”, de autoria governamental; do Projeto de Lei nº 008/2013, que “aprova a prorrogação do prazo de duração da Secretaria de Estado Extraordinária da Promoção Humana e Desenvolvimento – SEPHD”, de autoria governamental, bem como, do Parecer da Comissão Conjunta.

O Senhor Deputado Brito Bezerra pede uma Questão de Ordem. – Senhor Presidente, quais são os projetos que estão em pauta, fora as Secretarias Extraordinárias?

O Senhor Presidente, Deputado (Chico Guerra) – Estão em pauta, em turno único, o Projeto de Lei nº 004/2013, que “aprova a prorrogação do prazo de duração da Secretaria de Estado Extraordinária de Projetos Especiais – SEPES”, de autoria governamental; o Projeto de Lei nº 008/2013, que “aprova a prorrogação do prazo de duração da Secretaria de Estado Extraordinária da Promoção Humana e Desenvolvimento – SEPHD”, de autoria governamental; o Projeto de Lei nº 018/2013, que “dispõe sobre penalidades aplicadas ao responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento à emergência, envolvendo remoções ou resgates, combates a incêndios, ocorrências policiais ou atendimento a desastres”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 020/13 que “altera a tabela I do anexo II, ambos da Lei nº 392, de 14 de agosto de 2013, e revoga o anexo III da Lei 880, de 14 de dezembro de 2012, e dá outras providências”, de autoria governamental; o Projeto de Decreto Legislativo nº 05/13, que “declara de Utilidade Pública a Associação do Povo Indígena Wai Wai”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros e o Projeto de Decreto Legislativo nº 012/13, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima à EMBRAPA e dá outras providências”, de autoria do Deputado Erci de Moraes.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, há sobre a mesa um Requerimento, assinado por 11 Deputados, solicitando que a votação das Secretarias Extraordinárias aconteça de maneira secreta, de acordo com o artigo nº 233 do nosso Regimento. Se Vossa Excelência estiver retirando de pauta, o nosso Requerimento continuará valendo para quando o projeto voltar para a Ordem do Dia, para que seja apreciado pelo Plenário.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, o prazo já inspirou. Está na Comissão de Direitos Humanos o Projeto Lei de nossa autoria, juntamente com o Deputado Jalser, que cria a biblioteca pública para que tenhamos o acervo nos moldes da biblioteca do Estado do Ceará, que se transformou em um dos maiores centros de pesquisa do Estado do Ceará. Este Projeto irá substituir aquele centro de informações, que era seu e do Jalser. Nós ampliamos para que se possa criar aqui a biblioteca pública, com todo acervo histórico do nosso Estado. Seria fundamental que o Relator

colocasse para votação, para criarem ainda na sua gestão a nossa biblioteca pública.

O Senhor Deputado Xingú – Deputado Joaquim Ruiz, recebi agora do Secretário da Comissão de Direitos Humanos os projetos pendentes na Comissão, que serão deliberados amanhã. Certamente esse projeto está incluso e irá para a pauta.

O Senhor Deputado Célio Wanderley pede Questão de Ordem. – Solicito de Vossa Excelência que, caso atenda o Requerimento do Deputado Sampaio, que seja feito a votação nominal do Requerimento.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede uma Questão de Ordem. – Senhor Presidente, o artigo 233, no inciso 9, é bem claro, não precisa submeter à votação. Inclusive eu solicito ao Secretário da Mesa que faça a leitura do referido artigo. Tendo um terço dos Deputados assinando o Requerimento, a votação passará a ser Secreta.

O Senhor Deputado Ivo Som pede Questão de Ordem. – Como foi solicitado pela liderança, a gente pede um prazo para que vejam o Requerimento que foi assinado por vários Deputados, para ver a situação, por que eu pedir da assessoria da Casa que faça um requerimento pedido para a votação ser aberta. Quem não ficar à vontade para votar que não vote.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito à Senhora Secretária que proceda à leitura do artigo 233, inciso 9.

O Senhor Deputado Célio Wanderley pede uma Questão de Ordem. Senhor Presidente, já que há dúvida, o Plenário é soberano.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem. Eu vou ler o Artigo 233 do nosso Regimento. “Adota-se o voto secreto nos seguintes casos: inciso 9- A Requerimento de um terço dos Deputados.” Então, não há dúvida alguma de interpretação neste artigo.

O Senhor Deputado Célio Wanderley pede Questão de Ordem. - Desde que não haja discussão. Se houver, o Plenário é quem decide.

O Senhor Deputado Brito Bezerra pede Questão de Ordem. - Não tem nada a ver com discussão. Está explícito no ordenamento interno da Casa, porque tem 11 assinaturas. Portanto, mais de um terço dos Deputados assinaram o Requerimento. Portanto, Senhor Presidente, Vossa Excelência é obrigado, por força do Regimento Interno, a colocar em votação Secreta.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Como já foi dito pelos colegas que me antecederam, ele é imperativo. Ele não pede que se coloque em discussão no plenário, muito pelo contrário. Se tiver a assinatura de um terço de Deputados, é automaticamente colocado em votação secreta a matéria a que esse Requerimento se refere. Portanto, ninguém obriga o Presidente a fazer. O Presidente pode retirar a matéria, pode transferir a Ordem do Dia, mas, se colocar em votação, terá que colocar obedecendo o Regimento Interno, conforme o artigo 233, conforme prevê o Requerimento.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Como o Requerimento não está na pauta, está fora de votação.

A Senhora Primeira Secretária (Aurelina Medeiros) – No artigo 233, adota o voto Secreto, mas o artigo 196 discorre que serão inscritos e dependerão de deliberação do Plenário, e é competência do Presidente retirar da Ordem do Dia a matéria.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Retiro o Projeto de prorrogação das Secretarias: Humana e de Desenvolvimento e da Secretaria Extraordinária e Projetos Especiais.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à leitura do Projeto 018/13, que “dispõe sobre penalidades aplicadas ao responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento à emergência, envolvendo remoções ou resgates, combates a incêndios, ocorrências policiais ou atendimento a desastres”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Primeira Secretária (Aurelina Medeiros) – (Lido o Projeto 018/13 e Parecer das Comissões em Conjunto.)

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em o Projeto 018/13. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A Votação será nominal e eletrônica. Votando sim, estarão aprovando a matéria, e não, rejeitando.

Solicito a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem. – A oposição encaminha pela aprovação do Projeto da Deputada Aurelina, devido à sua relevância em combater o trote, especialmente nos órgãos de segurança pública.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Declaro aprovado o Projeto de Lei 018/13, com 18 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum contra.

Solicito à Senhora Secretária que proceda à leitura do Projeto

de Decreto Legislativo nº 05/13, que “declara de Utilidade Pública a Associação do Povo Indígena Wai Wai”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, bem como o parecer do Relator.

A Senhora Primeira Secretária (Aurelina Medeiros) (Lido o Projeto com o parecer do Relator)

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão o Projeto Decreto Legislativo nº 05/13. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A Votação será nominal e eletrônica. Votando sim, estarão aprovando a matéria, e não, rejeitando.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Declaro aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 05/13, com 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 012/13, que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima à EMBRAPA e dá outras providências”, de autoria do Deputado Erci de Moraes e do Projeto de Decreto Legislativo nº 013/13, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima a personalidades que indica e dá outras providências”, de autoria do Deputado Joaquim Ruiz.

A Senhora Primeira Secretária (Aurelina Medeiros) procede à leitura dos Projetos de Decreto Legislativo nº 012/13 e 013/13.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão o Projeto Decreto Legislativo nº 13/13. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A Votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 13/13.

Coloco em discussão o Projeto Decreto Legislativo nº 12/13. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A Votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 12/13. Passaremos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Gostaria de fazer um pedido ao Líder do Governo e a Vossa Excelência, para que conversassem com o Senhor Governador, para que seja antecedido o pagamento de referência ao transporte escolar. Nós temos recebido comunicados de pessoas que estão há 9 meses sem receber, e isso é ruim. O pagamento não tem sido feito por falta de dinheiro, mas o Governador está prorrogando a criação de secretarias, então tem dinheiro. Obrigado.

O Senhor Deputado Ivo Som – Informo a esta Casa que acabei de receber informações que, às 13:30 de hoje, no assentamento Augusto Mariano, ao lado da BR-174, precisamente em frente ao Monte das Oliveiras, ao lado do shopping, estão se dirigindo para lá neste momento, para reintegração de posse daquela área. Já conversei com o Oficial de Justiça e pedi para ter calma, que eu já estaria me dirigindo para lá, para que fossem retiradas as pessoas com tranquilidade e respeito. Peço à Assembleia que tome uma posição, por que a Maria Ferras junto com o Senhor Rogério estão apreensivos devido ter no local, crianças, mulheres grávidas e senhoras. Eu não sou a favor que invadam terras, mas aquelas pessoas já estão no local há mais de 2 anos, tanto é que o meu advogado Márcio Patric, neste momento, está tentando falar com o Juiz para que suspenda essa decisão. Há duas semanas, o bairro amanheceu cheio de policiais, agora novamente. Estou avisando isso antes que aconteça o pior. Caso tenha algum Deputado que queira me acompanhar será um prazer. Neste momento estou indo para o local.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Sugiro que convide o Deputado Xingú, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para acompanhá-lo.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Informo que dando continuidade aos trabalhos da CPI da Telefonia, hoje À tarde realizaremos mais uma oitiva, desta feita do representante da Defensoria Pública. A reunião ocorrerá no Plenarinho desta Casa, com início às 15 horas.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Manifestando minha preocupação com relação ao tema abordado pelo Deputado Ivo Som, eu acho que atitude de Vossa Excelência foi correta em nomear a Comissão de Direitos Humanos. Na situação de membro, coloco-me como voluntário. Só preciso conversar com o Deputado Xingú para acompanharmos essa decisão judicial, e fazermos um esforço para tentar reverter a desapropriação dessas terras. Até o próprio Governo pode fazer um Decreto para indenizar os donos da terra. Isso seria possível através de um entendimento político.

Quero comunicar a Vossa Excelência, como foi sugerido pelo Deputado Xingú e acatado pela Mesa, a criação de uma comissão para acompanhar o andamento da PEC 111, que já foi fórum de discussão nesta Casa por várias vezes, mas houve forças isoladas. Com esta Comissão,

nós estamos oficializando esse esforço inclusivo, com um potencial muito grande de irmos a Brasília ter uma conversa com os nossos Senadores, com a nossa bancada. Tenho acompanhado a PEC 111, há um interesse do Governo em votar. O que está atrapalhando a votação é o interesse individual de grupos políticos do nosso Estado, e quem perde são os servidores que têm o direito de irem para o quadro da União. Inclusive esta comissão tem esta função de conversar com os grupos políticos que querem ser o pai da criança e não conseguem se entender. Como houve um manifesto no primeiro turno na votação na Câmara, eu acho que essa comissão será salutar, com esse espírito de conciliar as forças políticas do nosso Estado, para somarmos, para aprovar a PEC 111 em segundo turno na Câmara e, em seguida, no Senado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Em cima daquilo que foi colocado pelo Deputado Ivo Som, gostaria que Vossa Excelência intercedesse junto ao Governador para que se busque, de imediato, um local, no caso de um impasse, para alugar essas famílias. Pode ser um ginásio coberto com uma boa estrutura, porque isso é uma situação que se arrasta há mais de dois anos. É uma empresa imobiliária que é dona da área e todas as pessoas que invadiram sabiam que um dia essa decisão poderia ser favorável ou não a eles. E, como a gente sabe, uma decisão judicial não se discute, se cumpre. É importe sua interferência junto ao Executivo para que, de imediato, busque um plano B e, depois, através da Prefeitura de Boa Vista, tentar colocá-los no projeto Minha Casa Minha Vida.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, Decisão judicial não se discute, agora a questão daquela área, situada no Monte das Oliveiras, carece, realmente, de uma investigação maior. Inicialmente essa área pertencia à Aeronáutica. É uma área que se dizia ser da União por ser da Aeronáutica. Há um acordo com a Aeronáutica, cedendo parte dessa área ao Estado e, no meio de tudo isso, aparece um título definitivo recente, mas não é desse ano, dado pela Prefeitura de Boa Vista para um empresário local. É um título que não é de muito tempo porque a área até bem recentemente pertencia à União. Não sei o teor da decisão judicial e não temos também a força de chegar lá e impedir a ação judicial, mas é uma ação que merece um estudo maior. Quando a Maria Ferraz foi para lá, teve a anuência do SPU que reconhece a área como da União e, de repente, tem um título que não é desse ano. Eu repito, é uma área de 20 hectares, título dado pela Prefeitura de Boa Vista e merece ser melhor estudada. Não estou dizendo que tem erro, mas tudo leva a crer, nos meus parcos conhecimentos, que pode ser contestada a posse daquela área. Nós conhecemos a luta daquele pessoal, da Maria Ferraz. São mais de 50 famílias que estão ali alojadas, têm o nosso apoio restrito, mas infelizmente, por decisão judicial, as pessoas estão sendo desalojadas. Não se pode, de imediato, dizer que o Governador, até porque ele não é o dono do dinheiro público, pode fazer um decreto e indenizar o empresário. Temos que saber o que vale. Na época em que invadiram o Brigadeiro, eu lembro que foi pedido do Brigadeiro Ottomar uma fortuna. Ele depositou na justiça o mínimo e só não foi contestado, porque era da igreja e a igreja tem a sua condição de estar ao lado dos humildes. A gente não sabe a posição do empresário, mas eu tenho certeza que as pessoas não ficarão desamparadas e o governo do Estado, inclusive, pode contestar a posse da terra também.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – As terras são da União e foram transferidas agora há pouco e, de repente, aparece um título e existe uma venda milionária em cima dessa terra, que também poderia ser ocupada por eles. Com certeza, carece de um estudo mais profundo para ver quem realmente é o dono. Eu acho que o dono é a União porque sempre foi e o município ainda não regularizou nenhuma terra que venha valer seus títulos. O que a gente sabe é que existe uma série de decisões nos cartórios cancelando os títulos e dizendo para não receberem títulos novos e, de repente, a gente vê esse impasse.

Não havendo mais quem queira usar o expediente, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 21, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portell Picanço, George Melo, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria e Remid Monai.**

Aprovada Ata Sucinta em: 05/06/2013

ATAS COMISSÕES

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO-CPI
 (Criada nos termos das Resoluções de nºs 013 e 14 /13 de - Publicada no Diário Oficial nº1554 de 12 de abril de 2013)

TERMO DE DEPOIMENTO

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima no auditório Deputado Valério Magalhães (plenarinho), por volta das quinze horas e vinte minutos, compareceu o senhor Rawlins Coelho da Silva, brasileiro, casado, Profissional Advogado, portador da Carteira de Identidade nº 81.015 SSP/RR e C.P.F. 225.805.302-15, naturalidade roraimense, filho de José Nunes da Silva e Ednilza Coelho da Silva, residente em Boa Vista – Roraima, a fim de prestar depoimento na qualidade de testemunha. Onde se encontravam os senhores Deputados Estaduais membros da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, sendo: Deputado Coronel Chagas - Presidente da Comissão, Deputado Erci de Moraes - Vice-Presidente, Deputado Flamarion Portela - Relator, Deputado Brito Bezerra – Membro e Deputado Ivo Som – Membro. E, ainda nas presenças dos Senhores Dr. José Vanderi Maia, OAB nº 7516 e Dr. Marcelo Bruno Gentil Campos OAB nº 333-A - Assistentes Jurídicos deste Poder Legislativo. O Senhor Deputado Coronel Chagas - Presidente da Comissão, retro dita, iniciando os trabalhos o solicitou ao Senhor Deputado Relator que fizesse a leitura da ficha de identificação do depoente, constante supra, o que foi feito. Ato contínuo, o Senhor presidente informou ao depoente as razões da abertura da presente CPI, constante da Resolução que a criou. Esclarecendo que o objetivo da oitiva é de buscar informações que venha a contribuir para diagnosticar o problema e, também, o papel da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB – RR neste contexto. Esclareceu ao depoente da responsabilidade do mesmo nas informações a serem prestadas à Comissão, informando-o que qualquer informação falsa, ou a recusa do mesmo em prestá-la poderá ser penalizado com o disposto no Código Penal Brasileiro, ao que o depoente disse que estava ciente de suas responsabilidades e prestou o compromisso legal de dizer a verdade do que souber e do que lhe for perguntado. Inicialmente, o Senhor Presidente abriu a palavra ao depoente para que o mesmo fizesse as considerações que julgasse necessária com base no objeto dessa CPI, dessa forma o Depoente disse QUE: sentia-se honrado com a oportunidade, saudando os presentes. QUE ao assumir a Comissão que preside na OAB, solicitou reunião como os representantes das operadoras de telefonia celular, tendo comparecido todas, com exceção da operadora OI. QUE naquela ocasião, fez vários questionamentos quanto à prestação dos serviços prestados a população. QUE realizou um levantamento em todos os PROCON's do país e as Operadoras de Telefonia Móvel lideram o ranking de reclamações. QUE na reunião questionou se as Operadoras estavam ampliando sua capacidade de operação quando ofereciam mais serviços e crescia o número de usuários e naquela ocasião tomou conhecimento não, pois alegaram que teriam dificuldades junto aos órgãos públicos de instalação das antenas, precisamente a Secretaria Municipal de Gestão Ambiental, que é o órgão competente para conceder as licenças ambientais para instalação das ERB's – Estação de Rádio Base, o nome técnico que eles denominam. QUE expediu ofício àquela secretaria municipal, ao Senhor ALDEMAR BRITO e estar aguardando as informações para tomar novas medidas. Na sequência o Senhor Presidente passou a palavra para o Senhor Deputado Relator Flamarion Portela PERGUNTOU ao depoente quanto tempo está à frente da Presidência da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB. RESPONDEU QUE está à frente da Comissão há 2 meses. PERGUNTOU ao depoente se a Comissão de Defesa do Consumidor da OAB tem estatísticas nos últimos anos relacionadas à questão da telefonia no Estado de Roraima e se havendo demandas, quais as providências que a OAB através dessa Comissão de Defesa do Consumidor, adotou para atender ou resolver esses problemas juntos as autoridades públicas e empresariais envolvidas com o problema no Estado de Roraima. REPONDEU QUE a Comissão não tem esses dados levantados porque começou na gestão do Presidente da OAB, Dr. Jorge Fraxe, e desde então, está à frente da Comissão há apenas 2 (dois) meses e lá não constam registros nesse sentido. PERGUNTOU o Senhor Relator, ao depoente se afirma que já buscou perante a Comissão a qual ele preside, e não foi encontrada nenhuma demanda no sentido de defender perante a Justiça ou mesmo perante essas empresas, o direito do cidadão, as reclamações recebidas, se foi encontrado algo que corresponda efetivamente a um encaminhamento após ser demandado pela sociedade. RESPONDEU QUE os trabalhos foram iniciados agora e que partindo

dessa premissa, a OAB ouviu no mês passado os representantes das Operadoras de Telefonia Móvel e que os mesmos atribuíram responsabilidade a entraves burocráticos do Poder Público Municipal, especificamente à Secretaria Municipal de Gestão Ambiental, em contrapartida foi lançado ontem (27/05), na Sede da OAB/RR, um Formulário de identificação de problemas e avaliação da qualidade dos serviços, lá estará elencado vários problemas enfrentados pelos usuários, será lançado pela Comissão, para que os usuários se manifestem, participem e identifiquem quais os principais problemas que são enfrentados por eles. E com base nisso, serão tomadas todas as medidas necessárias que este caso requer e que tanto aflige a Sociedade Roraimense. PERGUNTOU se quando o depoente assumiu a Comissão de Defesa do Consumidor na OAB se a mesma já existia, de gestões anteriores, a não sendo criada agora na administração do Dr. Jorge Fraxe, e mesmo que não tenha feito cobranças, demandas judiciais se ela já existia e se o depoente está dando continuidade ao trabalho que já existia há algum tempo. RESPONDEU QUE até onde vai seu conhecimento, a Comissão foi instalada há 2 (dois) meses, inclusive foi nomeado com mais 18 membros. Nesse Momento o Senhor Deputado Relator Flamarion Portela, ponderou que tinha outras perguntas quanto à atuação da Comissão de Defesa do Consumidor OAB, porém como é nova, ainda não tem resultados, sendo louvável a iniciativa e que as informações iniciais das operadoras, são as mesmas no cenário nacional e encerrou sua participação, pois, o depoente tem poucas informações a prestar em razão do pouco tempo a frente da Comissão a qual preside, agradecendo. Na sequência dos trabalhos foi franqueada a palavra para os deputados membros da CPI fizesse o uso da palavra. Ato contínuo, o Senhor Deputado Brito Bezerra PERGUNTOU ao depoente se na reunião da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB com os representantes das Operadoras, foi colocada em pauta esta problemática que diz respeito a baixa qualidade da Telefonia na questão dos altos preços e se essas demandas foram colocadas nessa reunião e se os representantes têm a consciência de que a Sociedade Roraimense está insatisfeita com a qualidade da telefonia móvel e com os preços elevados cobrados em todo país. Questionou também se as demandas foram discutidas e se foram, foram firmados alguns compromissos das Operadoras com a Comissão. RESPONDEU QUE foram feitos alguns questionamentos sobre a qualidade do serviço e que eles apresentaram dados e planilhas, mas em tese eles admitiram a qualidade e como já havia falado antes disse que eles colocaram a culpa na Secretaria Municipal e que ao questionarem se eles estavam ampliando a qualidade dos serviços à medida que eles estavam vendendo outro serviço, responderam que existem recursos pra investir e só não poderiam ampliar em função desse fato. QUE a Comissão avaliou e não se deu por satisfeita tendo em vista as reclamações da qualidade dos serviços serem frequentes, não só aqui no Estado de Roraima, mas como em outros Estados e quando as Operadoras foram convidadas para a Reunião, a OAB pediu que fosse apresentado um diagnóstico da situação atual e também solicitaram um plano para melhoria de qualidade de serviço, e o mesmo não foi entregue. Ressaltou para esta Comissão, se reportando principalmente para o Deputado Coronel Chagas, que a OAB esperava que eles apresentassem um plano com indicadores, com metas, explicando de forma detalhada o funcionamento da rede, a qualidade de transmissões e um planejamento de redução das reclamações pelos usuários dos serviços, mas não nos foi apresentado, inclusive uma representante de uma Operadora disse que poderia ser encontrado esse plano no site da Operadora. QUE no momento em que a Comissão da OAB emitiu ofício, deixou claro o que gostaria que fosse apresentado para ela, e que iriam continuar cobrando que eles prestem um serviço de qualidade, e que esta aguardando o envio e se for necessário vai reiterar o serviço e o plano que considerava preponderante para que pudessem acompanhar e cobrar não chegou à mão da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB. O Senhor Deputado Brito Bezerra, dirigindo-se a toda a comissão fez uma síntese, confirmando com o depoente que foi levantada as deficiências, foram cobradas providências ou um compromisso que seria esse plano que as operadoras deveriam ter em mãos para equacionar a problemática das telefonias e que esse plano solicitado pela OAB não teria sido entregue, continuando ponderou dizendo que não seria precipitado dizer que as operadoras têm ciência da problemática e que não estão tomando providências em tempo hábil e disse ao Dr. Rawlins que esta CPI tem, assim como a OAB, o objetivo de equacionar esta problemática tendo em vista as demandas sofridas pelos Parlamentares como representantes do povo nesta Casa e disse esta satisfeito com a resposta e agradeceu. O Senhor Presidente passou a palavra para seus questionamentos ao Deputado Ivo Som saudou inicialmente a todos e informou do que participou

recentemente de uma reunião da UNALE e o que mais se falou durante o evento foi dessas CPIs da Telefonia Móvel no Brasil e que a mesmas tem ocupado em todos os PROCONS do Brasil. PERGUNTOU se o depoente confirma o primeiro lugar em reclamações das operadoras de telefonia móvel nos PROCON's no Brasil e em Roraima, bem como, o mal atendimento e, uma última onde o mais penalizado somos todos nós, os cientes e questionou ao depoente qual sua visão como membro da OAB, com relação a resolver de forma definitiva a questão das operadoras e esclareceu que não é intenção da Comissão prejudicar nenhuma empresa e nenhuma pessoa e sim buscar soluções e em seguida, agradeceu. O Senhor Presidente perguntou ao Depoente se havia entendido a pergunta. RESPONDEU QUE sim, entendeu, e que a seu vê esse plano de melhoria é de suma importância tanto para Comissão de Defesa do Consumidor da OAB e especialmente para esta CPI ressaltando que a mesma esta realizando um excelente trabalho e que espera que as operadoras entreguem à CPI um Plano de Melhoria de qualidade o qual deverá conter metas e indicadores para tornar possível sua cobrança no cumprimento rigoroso do mesmo através dos seus indicadores, funcionamento da rede, qualidade de transmissão, bem como, esperar que apresentem uma proposta de redução das reclamações dos usuários, que dessa forma, seria possível acompanhar passo a passo os serviços prestados pelas Operadoras de Telefonia Móvel no Estado de Roraima. Na sequência o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da CPI, Deputado Erci de Moraes, que iniciando disse que sua expectativa e confiança é que a OAB possa efetivamente ser uma parceira de alto nível nesta CPI, disse já ter acompanhado neste parlamento diversas CPIs e que nenhuma delas desperta, como esta desperta grande interesse de brasileiros de todos os status sociais pelas reclamações que ocorrem e que assim como da OAB esta CPI irá necessitar da colaboração de outros órgãos como Ministério Público, Imprensa e de outros que se não forem inicialmente convidados que queiram participar dessa CPI, esta Comissão está a disposição para se chegar a resultados que permitam esclarecer a sociedade bem como uma resposta positiva das operadoras melhorando seus serviços, informando que A CPI da telefonia deve acontecer e todos Estados do Brasil e até o momento 13 (treze) Estados as abriram e outros tiveram dificuldades, relacionados a suposta incompetência, caso já superados. afirmou não ter questionamentos específicos a fazer, no entanto, espera que a OAB seja uma parceira para "chegarmos a bom porto", agradeceu. Ato contínuo o Senhor Presidente da CPI, Deputado Coronel Chagas fez o uso da palavra, e afirmou que com relação às antenas as operadoras relataram a OAB que estariam tendo dificuldades na Autorização, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para instalação de mais antenas e que nesse sentido que através de um levantamento ficou claro que este é uma das causas para a má qualidade dos serviços e observou que nos Estados Unidos com uma área de 9,8 milhões de quilômetros quadrados existem duzentas e setenta e cinco mil antenas instaladas, o Brasil com 8,5 milhões tem apenas cinquenta e cinco mil antenas, ou seja, cinco vezes menos antenas que as instaladas nos Estados Unidos, a Itália que tem uma área de apenas trezentos mil quilômetros, menos de cinco por cento da área do Brasil tem cinquenta e cinco mil antenas instaladas, devemos, após os outros depoimentos e dados colhidos, constatar que esta é uma das causas principais para a má qualidade dos serviços e, em seguida, passou a palavra ao Doutor Rawlins para suas considerações finais e demais considerações que queira fazer. O Senhor Depoente, Dr. Rawlins Coelho da Silva - Ressaltou que a orientação do Presidente da OAB, Dr. Jorge Fraxe, é no sentido de que a Comissão de Defesa do Consumidor da OAB atue de forma firme e intransigente na Defesa dos Consumidores especialmente no que mais aflige a sociedade e que no momento são as Operadoras de Telefonia Móvel celular e que nesse caso irão ser implacáveis, levantando dados e cobrando prestação de serviços de qualidade a Toda sociedade Roraimense e em nome do Presidente da OAB Jorge Fraxe agradeceu a iniciativa desta CPI chamando-a de brilhante CPI da Telefonia Móvel e se colocou a disposição da Comissão para somar com dados e de forma transparente e disse que assim que tiver resposta do ofício poderá fornecer esses dados à CPI e agradeceu. Retomando a palavra O Senhor Presidente Deputado Coronel Chagas finalizou agradecendo a participação do depoente afirmando que o mesmo trouxe informações importantes a esta CPI, principalmente na questão da instalação de novas antenas e informou que a CPI irá realizar Audiências Públicas em diversos Municípios do Interior do Estado, para ouvir a comunidade no que diz respeito à telefonia móvel, à Internet, Banda Larga, Telefonia fixa, esclarecendo que existem Municípios no Interior do Estado de Roraima que por vezes ficam até dois ou três meses sem o funcionamento de

nenhum telefone fixo. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado o Senhor Presidente deu por encerrado o presente termo que depois de lido e achado conforme, vai assinado por mim, Marcondes Medeiros Mota, que digitei, pelo depoente, pelos membros da Comissão e pelos Assistentes Jurídicos da Assembleia Legislativa como testemunhas Depoimento encerrado às dezesseis horas. Por conforme abaixo assinam.

Depoente

Presidente

Vice Presidente

Relator

Membro

Membro

Márcia Brito Wanderley
Secretária da Comissão

Marcondes Medeiros Mota
Digitador

TESTEMUNHAS:

Dr. José Vanderi Maia
Consultor Jurídico da ALE/RR

Dr. Marcelo Bruno Gentil Campos
Consultor Jurídico da ALE/RR



ASSEMBLEIA
Cidadã

LEVANDO CIDADANIA A QUEM PRECISA

APROXIMANDO
 O PODER LEGISLATIVO
 DA POPULAÇÃO.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo